



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

SECRETARIA DE  
INFRAESTRUTURA  
E LOGÍSTICA

PROCESSO: 30177/23

RUBRICA:  FOLHA: 48

Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados

*Nova Friburgo, 09 de janeiro de 2024*

Para: Comissão de Pregão II

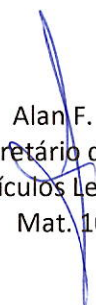
Prezads Senhor,

Cumprimentando-o cordialmente, trata-se de pedido de recurso impetrado pela empresa MOVE TERRA ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS E TERRA PLANAGEM LTDA em desfavor da empresa JX CONSTRUTORA LTDA.

Conforme orientação feita pela Douta Procuradoria Geral no despacho as fls. 35 - 47, esta Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados fará correção no Termo de Referência nas questões técnicas dispostas nos itens 4.1 e 4.1.2 para licitação futura deste objeto de contratação.

Sem mais para o momento, acreditamos terem sido elucidadas todas as questões, interpostas pela recorrente, encaminhamos os autos para prosseguimento, nos colocando a disposição para futuros esclarecimentos.

Atenciosamente,

  
Alan F. Correa  
Subsecretário de Manutenção  
de Veículos Leves e Pesados  
Mat. 105.871

Comissão de Pregão II

**DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 183/2023**

Processo Licitatório nº: 8.765/2023

Processo de Recurso nº: 30.177/2023, 30.180/2023, 30.182/2023 e 30.186/2023

**REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 183/2023**

**OBJETO:** Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para o serviço de aluguel de veículos utilitários, caminhões, máquinas e equipamentos, para atender as necessidades das secretarias de infraestrutura e logística, obras e serviços públicos, bem como as subprefeituras, pelo período de 12 (doze) meses.

**RECORRENTES:**

1. EFATA COMERCIO & SERVICOS LTDA, MOVE TERRA ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TERRAPLANAGEM LTDA e DESTAQUE CONSTRUTORA LTDA

**RECORRIDO: PREGOEIRO**

Tratam-se de **RECURSOS ADMINISTRATIVOS** interpostos pelas empresas, **EFATA COMERCIO & SERVICOS LTDA; MOVE TERRA ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TERRAPLANAGEM LTDA; DESTAQUE CONSTRUTORA LTDA**, por meio de seus representantes legais, com espeque no art. 4º, inciso XVIII, da Lei nº 10.520/2002 e no Decreto n.º 1024/2019, subsidiados pela Lei n.º



Comissão de Pregão II

8.666/93, em face de ato administrativo praticado pelo **PREGOEIRO** da Comissão de Pregão II, no Edital do **Pregão Eletrônico n.º 183/2023**.

Em tempo, informamos que este Pregoeiro e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 017 de 05 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 06 de janeiro de 2022, que constitui a Comissão de Pregão II, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.

**I. DAS PRELIMINARES**

Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento ao recurso, reconsideração das exigências, tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados aos Processos de recurso.

**II. DOS FATOS**

Conforme dados disponibilizados na Ata de Realização do Pregão Eletrônico - Licitação nº 161/2023 e documentos acostados ao processo, verifica-se que:

Às 10:00 horas do dia 18 de outubro de 2023, reuniram-se o Pregoeiro Oficial deste Órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal Portaria 017 de 01/01/2023, em atendimento às disposições contidas na Lei Nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e no Decreto Nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, referente ao Processo Nº 8.765/2023, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão Nº 00183/2023. Modo de disputa: Aberto/Fechado. objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para o serviço de aluguel



Comissão de Pregão II

de veículos utilitários, caminhões, máquinas e equipamentos, para atender as necessidades das Secretarias de Infraestrutura e Logística, Obras e Serviços públicos, bem como as Subprefeituras, pelo período de 12 (doze) meses. O Pregoeiro abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

Após o Julgamento das Propostas e Habilitação sagraram-se vencedoras do certame as empresas:

GRUPO 01	CONSTRUTORA LYTORANEA S A - EM RECUPERACAO JUDICIAL
GRUPO 02	CONSTRUTORA LYTORANEA S A - EM RECUPERACAO JUDICIAL
GRUPO 03	MOVE TERRA ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TERRAPLANAGEM LTDA
GRUPO 04	JX CONSTRUTORA LTDA
GRUPO 05	MOVE TERRA ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TERRAPLANAGEM LTDA
GRUPO 06	DESTAQUE CONSTRUTORA LTDA
GRUPO 07	DESTAQUE CONSTRUTORA LTDA
GRUPO 08	JX CONSTRUTORA LTDA
GRUPO 09	CONSTRUTORA LYTORANEA S A - EM RECUPERACAO JUDICIAL
GRUPO 10	MOVE TERRA ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TERRAPLANAGEM LTDA



Comissão de Pregão II

GRUPO 11	CONSTRUTORA LYTORANEA S A - EM RECUPERACAO JUDICIAL
GRUPO 12	JX CONSTRUTORA LTDA
GRUPO 13	JX CONSTRUTORA LTDA
GRUPO 14	MOVE TERRA ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TERRAPLANAGEM LTDA
GRUPO 15	MOVE TERRA ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TERRAPLANAGEM LTDA

Às 14:48 do dia 26/10/2023 foi aberto o prazo para que qualquer licitante manifestasse, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, conforme consta no item 21.1 do Edital nº 183/2023;

Foram registradas dezessete intenções de recurso, as quais foram aceitas pelo pregoeiro, que solicitou a apresentação de motivos, fundamentação e provas para as alegações apresentadas;

A empresa: **EFATA COMERCIO & SERVICOS LTDA**, apresentou o recurso para os grupos: 01, 02, 03, 04, 05, 08, 10, 11 e 14 em 31/10/2023;

A empresa: **MOVE TERRA ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TERRAPLANAGEM LTDA**, apresentou o recurso para os grupos: 01, 08, 09, 11 e 13 em 31/10/2023;



Comissão de Pregão II

A empresa: **DESTAQUE CONSTRUTORA LTDA**, apresentou o recurso para os grupos: 02, 07 e 09 em 31/10/2023;

A empresa: **MOVE TERRA ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TERRAPLANAGEM LTDA**, apresentou contrarrazões para os grupos 01, 03, 04, 05, 08, 10, 11 e 14 recursos em 06/11/2023;

A empresa: **CONSTRUTORA LYTORANEA S A - EM RECUPERACAO JUDICIAL**, apresentou contrarrazões para os grupos 01, 02, 09 e 11 recursos em 06/11/2023;

A empresa: **JX CONSTRUTORA LTDA**, apresentou contrarrazões para os grupos 04, 08 e 13 recursos em 06/11/2023;

### III. DAS ALEGAÇÕES DAS RECORRENTES

Alega, em síntese, a recorrente **EFATA COMERCIO & SERVICOS LTDA**, contra a decisão que a INABILITOU, que:

A recorrente sucintamente alega que, *está acobertada pelo art. 43, §1º da LC 123/2006, tendo em vista que afirma ter declarado enquadramento como Empresa de Pequeno Porte no sistema para participação no pregão, tendo sido inabilitada sem a concessão do prazo previsto na lei para regularização da Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS) da CND, pelo pregoeiro; alega que está apta quanto a qualificação econômico-financeira comprovada com a apresentação do Capital Social e Patrimônio Líquido superior a 10% do valor estimado da contratação em atendimento ao item 1.5.1 do edital, não obstante ter apresentados índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez*

Comissão de Pregão II

*Corrente (LC) inferiores a 1; alega que o fato de ter apresentado declaração formal para cumprir o requisito do item 20.2 é suficiente não sendo necessária a declaração para todos os veículos mencionados no lote 4. ; alega que quanto ao item 20.3, disponibilidade permanente de garagem e oficina adequadamente aparelhada, apresentou declaração formal quanto a exigência contida no item do edital em seu arquivo nomeado como "DECLARAÇÕES.pdf".*

Requer a recorrente: *"Diante de todo o exposto, requer SEJA DEFERIDO O RECURSO ADMINISTRATIVO ora apresentado, que a Comissão HABILITE a empresa licitante EFATA COMERCIO & SERVICOS EIRELI, uma vez que resta demonstrado que atendeu integralmente as exigências do edital, em razão da sua inabilitação, com o consequente prosseguimento do certame, tudo em observância aos princípios norteadores da licitação".*

Alega, em síntese, a recorrente **MOVE TERRA ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TERRAPLANAGEM LTDA**, contra a decisão que declarou HABILITADA a empresa **CONSTRUTORA LYTORANEA S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL**, que:

A recorrente sucintamente alega que, o *Certificado de Regularidade do FGTS apresentado pela empresa recorrida está com a validade expirada no ano de 2019; alega que a recorrida não atendeu as normas editalícias do item 4.1, do TR, ao não comprovar propriedade de, pelo menos 50% (cinquenta por cento) do itens nem apresentar a documentação exigida no item 4.1.1 do TR, qual seja, CRLV ou NF dos veículos e máquinas; alega que a frota apresentada pela empresa possui veículos com idade superior a 10 (dez) anos não atendendo ao item 4.1.2 do TR;*



Comissão de Pregão II

Requer a recorrente: ***“que seja conhecido o presente recurso e, ao final, julgando provido, com fundamento nas razões precedentemente aduzidas, com efeito SUSPENSIVO para que seja anulada a decisão em apreço, na parte atacada neste, declarando-se a proponente Construtora Lytoranea S.A - Em Recuperação Judicial, Inabilitada para prosseguir no pleito, em consonância com os princípios acima, notadamente, por questão de inteira JUSTIÇA, pois como única opção para a Recorrente neste momento para garantir a sua participação em igualdade de condições.”***

Alega, em síntese, a recorrente **DESTAQUE CONSTRUTORA LTDA**, contra a decisão que declarou **HABILITADA** a empresa **CONSTRUTORA LYTORANEA S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL**, que:

A recorrente sucintamente alega que, ***a recorrida não apresentou NF dos veículos e máquinas conforme comando do item 4.1.1 do TR; alega que a recorrida não poderia participar do processo licitatório por se encontrar em situação de Recuperação Judicial conforme item 6.1 do TR;***

Requer a recorrente: ***“...provimento ao recurso ora ofertado, para desclassificar a Construtora Lytorânea S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 07.792.269/0001-05, por deixar de atender os itens “4.1” e “6.1” do Termo de Referência para Serviços.”***

Alega, em síntese, a recorrente **MOVE TERRA ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TERRAPLANAGEM LTDA**, contra a decisão que declarou **HABILITADA** a empresa **JX CONSTRUTORA LTDA**, que:

A recorrente sucintamente alega que, ***a recorrida não apresentou declaração exigida no item 20.26 do edital, quanto à disponibilidade dos veículos***

Comissão de Pregão II

*destinados à prestação dos serviços, alega que a recorrida não atendeu as normas editalícias do item 4.1, do TR, ao não comprovar propriedade de, pelo menos 50% (cinquenta por cento) do itens nem apresentar a documentação exigida no item 4.1.1 do TR, qual seja, CRLV ou NF dos veículos e máquinas;*

Requer a recorrente: *"seja conhecido o presente recurso e, ao final, julgando provido, com fundamento nas razões precedentemente aduzidas, com efeito SUSPENSIVO para que seja anulada a decisão em apreço, na parte atacada neste, declarando-se a proponente JX CONSTRUTORA LTDA para prosseguir no pleito, em consonância com os princípios acima, notadamente, por questão de inteira JUSTIÇA, pois como única opção para a Recorrente neste momento para garantir a sua participação em igualdade de condições.."*

#### IV. DAS ALEGAÇÕES EM SEDE DE CONTRARRAZÕES

As contrarrazões estão dispostas nos respectivos Processos administrativos de recurso.

#### IV. DA ANÁLISE DO MÉRITO

Quanto a alegação da recorrente EFATA COMERCIO & SERVICOS LTDA que *"está acobertada pelo art. 43, §1º da LC 123/2006, tendo em vista que afirma ter declarado enquadramento como Empresa de Pequeno Porte no sistema para participação no pregão, tendo sido inabilitada sem a concessão do prazo previsto na lei para regularização da Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS) da CND, pelo pregoeiro;*

O Edital do Pregão Eletrônico nº 183/2023 em traz que:



Comissão de Pregão II

[...]

10.7 - No momento de inserção da proposta, **a licitante deverá registrar correlatamente as seguintes situações (grifei)**

10.8 - **Declarar em campo próprio do sistema eletrônico a condição de microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e equiparadas, ostentando os requisitos do artigo 3º da Lei Complementar nº123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei. (grifei)**

10.12- **A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital. (grifei)**

Ocorre que em análise a habilitação da recorrente EFATA COMERCIO & SERVICOS LTDA, verificamos que a mesma registrou no sistema a situação de Empresa de Pequeno Porte - EPP, deixando, no entanto, de assinalar no documento referente a Declaração Unificada – Anexo IV, tal condição, conforme arquivo, em anexo ao sistema, denominado "DECLARAÇÕES.pdf" e aos autos do processo licitatório.

O direito de pleitear os benefícios dados pela Lei 123/2006, foi analisado na ocasião do certame, considerando um eventual equívoco por parte da empresa recorrente ao registrar o campo no sistema, uma vez que no documento declaratório (ANEXO IV) a recorrente não consignou tal condição.

Foi realizada ainda a análise do balanço financeiro enviado pela empresa onde verificamos uma Receita Bruta Declarada no ano calendário de 2002 no montante de R\$ R\$ 14.024.837,40 (quatorze milhões, vinte e quatro mil, oitocentos e trinta e sete reais

Comissão de Pregão II

e quarenta centavos), muito superior ao limite legal previsto de R\$ 4.800.00,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), corroborando para a hipótese de eventual erro material.

Quando do julgamento da habilitação, foi verificado, por este pregoeiro, se a mesma não incorreu em nenhum benefício de forma automática pelo sistema, fato que não ocorreu, presumindo-se que a empresa não haveria agido de má fé /dolo ao registrar no sistema que ostentava tal condição de EPP.

Desta forma, em atendimento ao princípio da vinculação ao edital, não foi concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, previsto no Art. 43, §1º da LC 123/2006, para que a empresa regularizasse o referido documento.

Importante destacar que em atendimento ao edital e ao Decreto Federal 10.024/2019, este pregoeiro promoveu diligência junto ao SICAF e ao site oficial emissor de certidão, não logrando êxito em obter a referida certidão.

No entanto, conforme teor da peça recursal encaminhada pela recorrente EFATA COMERCIO & SERVICOS LTDA verifica-se que a empresa invocou os benefícios da Lei da ME/EPP, afirmando sua condição de EPP, mesmo sem ostentar tal condição conforme comprovam os documentos juntados ao sistema.

Tal conduta da recorrente EFATA COMERCIO & SERVICOS LTDA, ao convocar os benefícios do Art; 43, §1º da LC 123/2006, em sede recursal, mesmo sem ostentar os direitos por ter ultrapassado o limite legal previsto no ano-calendário de receita bruta superior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos

Comissão de Pregão II

mil reais), se enquadra, s.m.j., como "declaração falsa", prevista no item 10.12 do edital, sendo considerado comportamento inidôneo nos termos dos subitens 24.1.1 e 24.2 do instrumento convocatório, sendo passível da aplicação da penalidade prevista, qual seja, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública conforme subitem 24.3.4 do edital.

Pelos motivos acima expostos entendo não proceder as alegações da recorrente quanto a este ponto.

Quanto a alegação da recorrente EFATA COMERCIO & SERVICOS LTDA que ***está apta quanto a qualificação econômico-financeira comprovada com a apresentação do Capital Social e Patrimônio Líquido superior a 10% do valor estimado da contratação em atendimento ao item 1.5.1 do edital, não obstante ter apresentados índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) inferiores a 1;***

Consigna o edital que:

19.5.1 - As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, **a critério da autoridade competente**, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.



Comissão de Pregão II

Em análise aos índices calculados, apresentado pela recorrente, verificamos que a mesma apresentou Liquidez Geral (LG), e Liquidez Corrente (LC) igual a 0,2294, não atendendo ao subitem 19.5 do edital quanto a este ponto.

Esclareço que o fato de haver previsão no edital quanto à possibilidade prevista no subitem 19.5.1 do edital, não gera direito subjetivo do licitante a tal comprovação. Dada a sensibilidade e vulto do serviço ora pretendido entendeu a Autoridade Competente, responsável pela gestão e abertura do processo licitatório, pela aceitação da qualificação econômico-financeira exigida no item 19.2, apenas através da comprovação da situação financeira baseada na análise dos índices de , Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), tendo o julgamento, quanto a este ponto, realizado de forma isonômica para todas as licitantes, não assistindo, razão a recorrente.

Quanto a alegação da recorrente EFATA COMERCIO & SERVICOS LTDA que o fato de ter apresentado declaração formal para cumprir o requisito do item 20.2 é suficiente não sendo necessária a declaração para todos os veículos mencionados no lote 4.

O Parágrafo 6 do Artigo 30 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, assim dispõe:

*Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:*

*§ 6º As exigências mínimas relativas a instalações de canteiros, máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação, serão atendidas mediante a **apresentação de relação explícita e***



Comissão de Pregão II

*da declaração formal da sua disponibilidade, sob as penas cabíveis, vedada as exigências de propriedade e de localização prévia.(grifei)*

Sobre o mesmo tema, o edital do pregão eletrônico 183/2023 traz a seguinte redação:

*20.2- Declaração formal do licitante, sob as penalidades cabíveis, disponibilidade dos veículos destinados à prestação dos serviços objeto da presente licitação, instruindo-a com rol que os discrimine, da qual constem, no mínimo, as seguintes informações:*

*Placa, marca, modelo e ano de fabricação;*

No caso em tela o edital é claro quando a apresentação de declaração formal com a relação explícita de disponibilidade dos veículos destinados à prestação dos serviços, inclusive com as informações referentes à placa, marca, modelo e ano de fabricação. Em declaração apresentada pela recorrente não foi identificado o veículo CARRETA PARA TRANSPORTE PESADO, CAPACIDADE PARA CARGA UTIL DE 30T, INCLUSIVE MOTORISTA E COMBUSTÍVEL, destinados ao atendimento do grupo 04.

Quanto a alegação da recorrente EFATA COMERCIO & SERVICOS LTDA que, *quanto ao item 20.3, disponibilidade permanente de garagem e oficina adequadamente aparelhada, apresentou declaração formal quanto a exigência contida no item do edital em seu arquivo nomeado como "DECLARAÇÕES.pdf"*.

Em nova análise aos documentos apresentados pela empresa verificamos que a mesma de fato declarou junto ao documento de Declaração Unificada – Anexo IV, a





Comissão de Pregão II

disponibilidade permanente de garagem e oficina adequadamente aparelhada, assistindo razão a recorrente.

Quanto a alegação da recorrente MOVE TERRA ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TERRAPLANAGEM LTDA que, o *Certificado de Regularidade do FGTS apresentado pela empresa CONSTRUTORA LYTORANEA S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL* está com a validade expirada no ano de 2019;

Em análise aos documentos de licitação verificamos que a empresa recorrida se encontra em situação de Recuperação Judicial.

Em Súmula, sobre o tema, o egrégio Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ) assim deliberou:

*Súmula nº 12 A participação de sociedades empresárias em recuperação judicial ou extrajudicial em procedimentos licitatórios deve ser permitida, em observância ao princípio da preservação da empresa, desde que haja comprovação de que o plano já tenha sido aprovado/homologado pelo juízo competente quando da entrega da documentação de habilitação. (grifei)*

Sobre o tema o edital do Pregão Eletrônico nº 183/2023 traz que:

**8. VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO CERTAME**

[...]



Comissão de Pregão II

8.1.3 - *Sociedades empresárias que estiverem em concordata, em recuperação judicial, recuperação extrajudicial, em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação judicial ou extrajudicial.*

8.1.3.1 - Será permitida a participação de empresa em recuperação judicial com plano de recuperação homologado pela autoridade judiciária competente, visto que nesse contexto há plausibilidade de capacidade econômico-financeira, devendo, então, demonstrar-se além da referida homologação judicial os demais requisitos para habilitação econômico-financeira. (grifei)

A empresa recorrida demonstrou através dos documentos juntados aos autos do processo licitatório e enviados através do sistema compras.gov.br, disponível a todos os interessados, as devidas certidões e cópias do processo judicial com a devida aprovação do plano de recuperação judicial, a empresa apresentou ainda Certidão do TJ-RJ, Processo 0010261-54.2017.8.19, que vigora a determinação a dispensa da autora da obrigação de apresentar certidões para contratar, manter os contratos em andamento e receber pelos serviços prestados. (grifei).

Além disso a empresa comprovou possuir qualificação econômico-financeira compatível com o objeto da contratação, através do balanço patrimonial apresentado juntamente com os índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um).

Peço expor a resta comprovado que **não assisti razão à recorrente em suas alegações, quanto a este ponto.**



Comissão de Pregão II

Quanto a alegação da recorrente MOVE TERRA ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TERRAPLANAGEM LTDA que, *“a recorrida CONSTRUTORA LYTORANEA S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL não atendeu as normas editalícias do item 4.1, do TR, ao não comprovar propriedade de, pelo menos 50% (cinquenta por cento) do itens nem apresentar a documentação exigida no item 4.1.1 do TR, qual seja, CRLV ou NF dos veículos e máquinas;”*

A Lei nº 8.666 de 21 de Junho de 1993 dispõe que:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

§ 6º As exigências mínimas relativas a instalações de canteiros, máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação, serão atendidas mediante a apresentação de relação explícita e da declaração formal da sua disponibilidade, sob as penas cabíveis, vedada as exigências de propriedade e de localização prévia.

Em atenção ao dispositivo legal a exigência disposta nos itens 4.1 e 4.1.1 do Termo de Referência foram adequadas ao mandamento legal através do disposto no item 20.2, com a exigência de Declaração Formal, visto que a exigência de apresentação de CRLV ou NF dos veículos e máquinas, poderia, s.m.j. ensejar em uma presunção de requisito de “propriedade prévia”, expressamente vetada pela Lei Geral de Licitações.

20. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

[...]



Comissão de Pregão II

*20.2 - Declaração formal do licitante, sob as penalidades cabíveis, quanto à disponibilidade dos veículos destinados à prestação dos serviços, objeto da presente licitação, instruindo-a com rol que os discrimine, da qual constem, no mínimo, as seguintes informações:*

- *Placa, marca, modelo e ano de fabricação;*

Em análise aos documentos de habilitação da empresa recorrida, a mesma comprovou através da declaração formal a disponibilidade de pelo menos 50% da frota requerida para a prestação do serviço, **não assistindo razão a recorrente quando a este ponto.**

**Quanto a alegação da recorrente MOVE TERRA ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TERRAPLANAGEM LTDA que “a frota apresentada pela empresa CONSTRUTORA LYTORANEA S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL possui veículos com idade superior a 10 (dez) anos não atendendo ao item 4.1.2 do TR; “**

Em análise a declaração formal apresentada pela empresa recorrida, exigida no item 20.2 do edital, de fato possuem veículos com idade acima de 10 (dez) anos. No entanto os veículos e máquinas apresentados dentro da “vida útil” exigida pelo item 4.1.2 do Termo de Referência são suficientes para o atendimento quanto a disponibilidade de pelo menos 50% da frota requerida para a prestação do serviço. Acrescentamos ainda que quando da efetiva contratação a contratada poderá ainda substituir em parte ou integralmente os veículos constantes da declaração, desde que dentro das exigências editalícias, para a adequada execução dos serviços, não assistindo razão a recorrente quando a este ponto.



Comissão de Pregão II

Quanto a alegação da recorrente DESTAQUE CONSTRUTORA LTDA que, *“a recorrida CONSTRUTORA LYTORANEA S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL não apresentou NF dos veículos e máquinas conforme comando do item 4.1.1 do TR;*

A Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 dispõe que:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

§ 6º As exigências mínimas relativas a instalações de canteiros, máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação, serão atendidas mediante a apresentação de relação explícita e da declaração formal da sua disponibilidade, sob as penas cabíveis, vedada as exigências de propriedade e de localização prévia.

Em atenção ao dispositivo legal a exigência disposta nos itens 4.1 e 4.1.1 do Termo de Referência foram adequadas ao mandamento legal através do disposto no item 20.2, com a exigência de Declaração Formal, visto que a exigência de apresentação de CRLV ou NF dos veículos e máquinas, poderia, s.m.j. ensejar em uma presunção de requisito de “propriedade prévia”, expressamente vetada pela Lei Geral de Licitações.

## 20. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

[...]

20.2 - Declaração formal do licitante, sob as penalidades cabíveis, quanto à disponibilidade dos veículos destinados à prestação dos

Comissão de Pregão II

*serviços, objeto da presente licitação, instruindo-a com rol que os discrimine, da qual constem, no mínimo, as seguintes informações:*

- *Placa, marca, modelo e ano de fabricação;*

Em análise aos documentos de habilitação da empresa recorrida, a mesma comprovou através da declaração formal a disponibilidade de pelo menos 50% da frota requerida para a prestação do serviço, **não assistindo razão a recorrente quando a este ponto.**

Quanto a alegação da recorrente DESTAQUE CONSTRUTORA LTDA que, ***“a recorrida CONSTRUTORA LYTORANEA S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL não poderia participar do processo licitatório por se encontrar em situação de Recuperação Judicial conforme item 6.1 do TR;***

Em análise aos documentos de licitação verificamos que a empresa recorrida se encontra em situação de Recuperação Judicial.

Em Súmula, sobre o tema, o egrégio Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ) assim deliberou:

*Súmula nº 12 A participação de sociedades empresárias em recuperação judicial ou extrajudicial em procedimentos licitatórios deve ser permitida, em observância ao princípio da preservação da empresa, desde que haja comprovação de que o plano já tenha sido aprovado/homologado pelo juízo competente quando da entrega da documentação de habilitação. (grifei)*



Comissão de Pregão II

Sobre o tema o edital do Pregão Eletrônico nº 183/2023 traz que:

**8. VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO CERTAME**

[...]

8.1.3 - *Sociedades empresárias que estiverem em concordata, em recuperação judicial, recuperação extrajudicial, em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação judicial ou extrajudicial.*

8.1.3.1 - **Será permitida a participação de empresa em recuperação judicial com plano de recuperação homologado pela autoridade judiciária competente**, visto que nesse contexto há plausibilidade de capacidade econômico-financeira, devendo, então, demonstrar-se além da referida homologação judicial os **demaís requisitos para habilitação econômico-financeira.** **(grifei)**

A empresa recorrida demonstrou através dos documentos juntados aos autos do processo licitatório e enviados através do sistema compras.gov.br, disponível a todos os interessados, as devidas certidões e cópias do processo judicial com a devida aprovação do plano de recuperação judicial, a empresa apresentou ainda Certidão do TJ-RJ, Processo 0010261-54.2017.8.19, **que vigora a determinação a dispensa da autora da obrigação de apresentar certidões para contratar, manter os contratos em andamento e receber pelos serviços prestados.** **(grifei)**

Além disso a empresa comprovou possuir qualificação econômico-financeira compatível com o objeto da contratação, através do balanço patrimonial apresentado juntamente com os índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um).



Comissão de Pregão II

Peço exposto a resta comprovado que não assisti razão à recorrente em suas alegações, quanto a este ponto.

Quanto a alegação da recorrente D MOVE TERRA ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TERRAPLANAGEM LTDA que, a recorrida JX CONSTRUTORA LTDA *“não apresentou declaração exigida no item 20.26 do edital, quanto à disponibilidade dos veículos destinados à prestação dos serviços, não atendeu as normas editalícias do item 4.1, do TR, ao não comprovar propriedade de, pelo menos 50% (cinquenta por cento) do itens nem apresentar a documentação exigida no item 4.1.1 do TR, qual seja, CRLV ou NF dos veículos e máquinas”*;

A Lei nº 8.666 de 21 de Junho de 1993 dispõe que:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

§ 6º As exigências mínimas relativas a instalações de canteiros, máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação, serão atendidas mediante a apresentação de relação explícita e da declaração formal da sua disponibilidade, sob as penas cabíveis, vedada as exigências de propriedade e de localização prévia.

Em atenção ao dispositivo legal a exigência disposta nos itens 4.1 e 4.1.1 do Termo de Referência foram adequadas ao mandamento legal através do disposto no item 20.2, com a exigência de Declaração Formal, visto que a exigência de apresentação de CRLV ou NF dos veículos e máquinas, poderia, s.m.j. ensejar em uma presunção de requisito de “propriedade prévia”, expressamente vetada pela Lei Geral de Licitações.



Comissão de Pregão II

20. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

[...]

20.2 - Declaração formal do licitante, sob as penalidades cabíveis, quanto à disponibilidade dos veículos destinados à prestação dos serviços, objeto da presente licitação, instruindo-a com rol que os discrimine, da qual constem, no mínimo, as seguintes informações:

- Placa, marca, modelo e ano de fabricação;

Em análise aos documentos de habilitação da empresa recorrida, a mesma apresentou declaração formal de disponibilidade dos veículos sem, no entanto, instruí-la com o rol que os discriminasse assistindo razão parcial a recorrente quando a este ponto.

*JX CONSTRUTORA LTDA., localizada na Estrada Pirai Passa Três, nº 6497, Vale Verde, Pirai/RJ - CEP: 27.175-000, inscrita no CNPJ/MF sob nº 20.488.242/0001-83, por intermédio de seu representante legal infra-assinado, declara, sob as penas da lei:*

*“possuir condições e capacidade para mobilizar, em tempo hábil, e pelo prazo requerido, todos os equipamentos, veículos utilitários, caminhões, máquinas, instalações, materiais e mão de obra necessários para a execução dos serviços do objeto licitado.”*

Considerando ainda que algumas das alegações das recorrentes são técnicas e que as exigências/condições estabelecidas no instrumento convocatório estão dispostas no Termo de Referência, o presente processo, na forma que dispõe o **item 28.5 do edital do Pregão Eletrônico nº 183/2023**, foi encaminhado com as razões das recorrentes para pronunciamento junto ao setor requisitante do objeto licitado, conforme Processos Administrativos de Recurso nº 30.177/2023, 30.180/2023,



Comissão de Pregão II

30.182/2023 e 30.186/2023. Após, à Procuradoria Geral do Município para análise os aspectos jurídicos recorridos, sobretudo quanto ao suposto "comportamento inidôneo", pela recorrente EFATA COMERCIO & SERVICOS LTDA, ao invocar o tratamento diferenciado que trata a LC 123/20206, mesmo sem ostentar tal condição e quanto a ilegalidade suscitada em sede de contrarrazão pela recorrida JX CONSTRUTORA LTDA para a exigência disposta no item 20.2 do edital e itens 4.1 e 4.1.2 do Termo de Referência a fim de subsidiar a decisão ante aos recursos interpostos.

**Em atenção a solicitação a Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados se ateve apenas a verificação das alegações quanto ao cumprimento das disposições contidas nos itens 4.1 e 4.12 do Termo de Referência e do item 20.2 do edital sem adentrar no mérito do julgamento da habilitação e das questões jurídicas recorridas.**

**Em análise realizada, a mesma entendeu, sucintamente, que as empresas CONSTRUTORA LYTORANEA S.A e JX CONSTRUTORA LTDA, não atenderam, integralmente, as exigências dispostas nos itens 4.1, 4.1.2 do TR e 20.2 do edital, e que a empresa, EFATA COMERCIO & SERVICOS *cumpriu as exigências editalícias quanto aos mesmos itens do TR e do edital.***

***A Procuradoria Geral, se ateve apenas a análise jurídicas recorridas se manifestando, de forma resumida,*** quanto a ilegalidade suscitada em sede de contrarrazão pela recorrida JX CONSTRUTORA LTDA para a exigência disposta no item 20.2 do edital e itens 4.1 e 4.1.2 do Termo de Referência, no sentido que , "não é possível a exigência de comprovação de propriedade prévia do objeto licitado na fase de habilitação", prossegue ainda que "... embora a lei permita expressamente a exigência de relação explícita, a exigência contida no subitem 20.2 de placa, marca, modelo e ano de fabricação dos veículos pode configurar restrição a competitividade



## Comissão de Pregão II

do certame, tendo em vista que, s.m.j., para possuir tais dados, seria necessário que as licitantes possuíssem a propriedade dos veículos.", sugerindo por fim que, "...sejam revistos os critérios de qualificação técnica estabelecidos no edital, de forma que a comprovação de propriedade dos veículos seja excluída como critério de qualificação técnica, passando a exigir apenas a comprovação de que as licitantes apresentem declaração acerca da disponibilidade dos veículos no momento da contratação, sem a necessidade de discriminação dos veículos..." ainda sugeriu que, "Quanto à previsão contida no item 2 do Termo de Referência, que versa sobre as "condições patrimoniais das participante", deve ser modificada a redação para dispor sobre as condições da licitante vencedora ou contratada", na forma exposta no parecer jurídico, "excluindo-se a exigência de comprovação pela "empresa que deseja participar do certame (...) no momento de apresentação da proposta"

**Os pareceres exarados bem como as manifestações do setor técnico requisitante são partes integrantes desta decisão e encontram-se disponíveis a todos os interessados no endereço eletrônico**  
<https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao/>

## V. MANIFESTAÇÃO DO PREGOEIRO

Reputando todo o exposto na análise do mérito, bem como na manifestação do setor técnico requisitante e no parecer da Procuradoria Geral, que este Pregoeiro adota como fundamento para decidir, resta comprovado que ASSITIR RAZÃO PARCIAL às alegações das recorrentes.

## VI. DA DECISÃO DO PREGOEIRO

Isto posto, com fulcro no art. 17, inciso VII, do Decreto Federal n.º 10.024/2019, e art. 17, inciso VII, do Decreto Municipal n.º 599/2020, subsidiado pela



Comissão de Pregão II

manifestação da equipe técnica requisitante e pelo parecer jurídico da PGM, sem nada mais evocar, **CONHEÇO** do Recurso Administrativo interposto pelas empresas **EFATA COMERCIO & SERVICOS LTDA, MOVE TERRA ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TERRAPLANAGEM LTDA e DESTAQUE CONSTRUTORA LTDA** no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 183/2023, e no mérito, **CONCEDO PROVIMENTO PARCIAL**, às alegações recursais no presente certame, verificadas as irregularidades de exigência de propriedade prévia previstas nos itens 4.1, 4.12 do Termo de Referência e item 20.2 do edital.

Tendo em vista que os autos do presente processo foram fundamentados nas Leis 10.520/2022 e 8.666/93, ambas revogadas pela Nova de Lei Geral de Licitações e Contratos nº 14.133/2021, e que os atos são insuscetíveis de aproveitamento, deverá ser aberto novo processo admirativos licitatório, para realização de novo certame com as devidas retificações quanto a qualificação-técnica requerida conforme orientação da Procuradoria Geral.

Diante do provimento parcial do recurso interposto, encaminho o presente processo para decisão, pela autoridade superior, de recurso administrativo de licitação do pregão, na forma eletrônica, nº 183/2023, e prosseguimento das providências quanto ao atendimento das orientações da Procuradoria Geral.

Por fim, informamos que esta decisão será publicada na íntegra em <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao/> e seu extrato em <http://www.comprasnet.gov.br>.

  
**JONATHAN PINHEIRO CHAVES**  
Pregoeiro – Comissão de Pregão II  
Matricula: 206.870